



ATOS GOLPISTAS

Governo pedirá a Milei extradição de foragidos

Polícia Federal prepara lista de condenados que fugiram para a Argentina e vai encaminhá-la, via Ministério da Justiça e Segurança Pública, à gestão do país vizinho. Articulação envolve, também, o Ministério das Relações Exteriores e o Supremo Tribunal Federal

» RENATO SOUZA

Ed Alves/CB/DA Press



Atentados do 8 de janeiro: diligências da PF apontam que a maioria dos foragidos entrou na Argentina sem passar pelo controle migratório

A Polícia Federal está preparando uma lista de foragidos do 8 de janeiro que escaparam para a Argentina. A corporação atua por meio de sua Adidância em Buenos Aires para identificar quem são os suspeitos que estão no país. Eles entraram pelas fronteiras terrestres e aquáticas nos últimos meses.

As diligências apontam que alguns suspeitos pediram asilo ao governo de Javier Milei, com a expectativa de que sejam atendidos em razão da proximidade do atual presidente da Argentina com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Os pedidos de extradição serão encaminhados por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

“A Polícia Federal irá listar todos os condenados que, possivelmente, estejam na Argentina e encaminhar, via Ministério da Justiça e Segurança Pública, os pedidos de extradição. Tudo será feito em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Supremo Tribunal Federal”, informou a PF, em nota.

“A Adidância da PF em Buenos Aires está realizando articulações no âmbito policial, e os nomes dos foragidos serão incluídos na Rede Anfast de capturas da Ameripol”, completou a corporação, numa referência ao organismo internacional de polícia aos moldes da Interpol, com a participação de países das Américas. Ao menos 65 pessoas suspeitas de envolvimento com os atentados de 8 de janeiro estariam na Argentina.

Na quinta-feira, a PF prendeu 50 foragidos. No entanto, mais de 100 ainda estão sendo

procurados. O pedido de extradição é avaliado pelo governo brasileiro como um termômetro para saber qual é a temperatura das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não compareceu à posse de Milei, no começo do ano. O líder argentino fez uma série de críticas ao petista e ao governo brasileiro. Ele também tem se alinhado com outros nomes da extrema direita global, como o bilionário Elon Musk.

Operação

De acordo com as diligências, a maioria dos foragidos entrou no país vizinho sem passar pelo controle migratório. Muitos deles ingressaram a pé, atravessando o Paraná, ou pelo rio que divide as duas nações. A PF conseguiu impedir a passagem de dezenas de pessoas neste ano. Porém, acredita que houve foragidos que acessaram o país vizinho dentro do porta-malas de veículos. A corporação

trabalha com a inteligência da Argentina para monitorar os passos dos suspeitos.

Na operação desta semana, a PF deflagrou uma ação para cumprir 169 mandados de prisão contra os acusados. As ordens de encarceramento foram expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF.

As ações ocorreram em 18 estados e no Distrito Federal. Além das detenções, as equipes policiais cumpriram mandados que determinaram a recolocação

de tornozeleira eletrônica para acusados que desobedeceram medidas cautelares.

Entre as medidas cautelares descumpridas, estão o não comparecimento à Justiça, para quem tem ordem de fazê-lo periodicamente, e mudança de endereço sem que o Poder Judiciário fosse informado.

“Ao longo de 27 fases, a Operação Lesa-Pátria realizou centenas de prisões em face de vândalos, financiadores, autoridades omissas e incitadores dos



A Adidância da PF em Buenos Aires está realizando articulações no âmbito policial, e os nomes dos foragidos serão incluídos na Rede Anfast de capturas da Ameripol”

Trecho da nota da PF

crimes realizados no início do ano passado”, informaram os investigadores, em nota.

“Mais de duas centenas de réus, deliberadamente, descumpriram medidas cautelares judiciais ou ainda fugiram para outros países, com o objetivo de se furtarem da aplicação da lei penal”, destacou o comunicado da PF.

A Lesa-Pátria foi deflagrada no ano passado, logo após extremistas invadirem as sedes dos Três Poderes em Brasília. A operação se tornou permanente, ou seja, não tem prazo para ser encerrada, e as diligências são realizadas de acordo com as demandas e determinações da Justiça.

Os presos na operação terão os casos analisados pelo Supremo. Desde o ano passado, a Corte realiza uma série de julgamentos no plenário virtual contra pessoas acusadas de depredação dos prédios públicos: Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF. As penas variam de acordo com os delitos cometidos por cada uma. O descumprimento de medida cautelar pode levar o investigado para a cadeia durante o curso do processo.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Processos contra juízes da Lava-Jato

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na sessão de ontem a abertura de processo administrativo disciplinar (PAD) contra dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e dois magistrados da Justiça Federal. Os quatro atuaram na Operação Lava-Jato e são acusados de irregularidades.

Os alvos dos processos são os desembargadores Carlos Thompson Flores e Loraci Flores e os juízes Gabriela Hardt e Danilo Pereira, que atuaram na 13ª Vara Federal de Curitiba.

O caso foi analisado no plenário virtual do conselho. Nessa plataforma, os integrantes do colegiado apenas depositam os votos, sem discutirem entre eles. Nove deles foram favoráveis à abertura do processo. Cinco conselheiros votaram pelo arquivamento. A apreciação começou em abril. No entanto, houve um pedido de vista do presidente do colegiado, ministro Luís Roberto Barroso.

Ao retomar o julgamento, Barroso votou contra a abertura de processo administrativo.

Punições

Com a abertura dos PADs, o CNJ pode discutir, após a tramitação de todo o procedimento, possíveis punições para os magistrados, caso entenda que houve desvios na base da Lava-Jato. As sanções variam de penas mais brandas, como advertências e censuras, até medidas mais fortes, como suspensão, disponibilidade e demissão.

“Ao decidir litígios, juízes sempre desagradam um dos lados em disputa, às vezes, ambos. Para bem aplicar o direito, magistrados devem ter a independência necessária. A banalização de medidas disciplinares drásticas gera receio de represálias e juízes com medo prestam desserviço à nação”, sustentou. No entanto, o voto dele foi vencido pela maioria.

Os juízes da Lava-Jato são acusados de burlar a ordem processual, violar o código da

Reprodução/Redes Sociais



Hardt teria avalizado criação de entidade para gerir verbas de acordos; Pereira é suspeito de desobedecer ao STF

Dálie Felberg/Flickr



Desembargadores Carlos Thompson Flores e Loraci Flores são acusados de desobedecer a ordens do STF

Reprodução/Memória da Justiça Federal do Paraná



Sylvio Sirangelo/TRF4



magistratura, prevaricar e desobedecer a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a investigação feita pela corregedoria do CNJ, Gabriela Hardt teria cometido irregularidades ao homologar um contrato que permitia a criação de uma entidade privada, do terceiro setor, para administrar recursos recuperados pela Lava-Jato. Entre seus gestores estariam procuradores do Ministério Público Federal (MPF).

O documento previa o envio de R\$ 2 bilhões a um fundo a ser gerido pelos procuradores envolvidos na operação. Os recursos tinham origem em acordos firmados com os investigados pela força-tarefa entre 2015 e 2019. No entanto, o repasse foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ainda em 2019.

Por sua vez, Danilo Pereira é suspeito de ter desobedecido a ordens do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Já os desembargadores são acusados de ignorarem decisões do Supremo em relação ao juiz Eduardo Appio, que chegou a assumir a força-tarefa na primeira instância de Justiça. Essa conduta é considerada mais grave, e eles estão afastados das funções desde abril. Procurados, os desembargadores informaram que não vão se manifestar. Gabriela Hardt e Danilo Pereira não comentaram o caso. (RS)